



PASTORAL DA TERRA

Comissão Pastoral da Terra

Julho a Setembro de 2014

Ano 39 – Nº 217

GUARIBA 30 ANOS:

“agora não somos um, nem dois...
mas centenas, milhares, milhões”

págs.: 8 e 9

Foto: Carlos Fenerich



“Poronga” – o almanaque que nos iluminará
rumo ao IV Congresso da CPT

pág.: 5



EDITORIAL

Em terreno movediço

Estamos atravessando o terreno movediço da campanha eleitoral para a Presidência da República, que polariza as atenções.

A morte de Eduardo Campos colocou novamente no páreo da disputa a figura frágil de Marina Silva, que vai se agigantando nas pesquisas eleitorais trazendo pânico para a presidenta Dilma, que vê minguar seu apoio, mas sobretudo para Aécio Neves. Esta mudança nos humores da política é que nos leva a dizer que caminhamos por um “terreno movediço”.

O que não se alterou, até o momento, foram os programas de governo dos partidos, dos quais a grande ausente é a Reforma Agrária. Está silenciada no programa do PT, é tocada pela tangente no do PSDB, afirmada, mas sem indicações concretas, no do PSB. O PSC a apresenta como um programa de anti-reforma agrária. Encontra um espaço melhor, mas sem muita relevância, nos programas dos pequenos partidos. O PSOL é que lhe dá maior destaque. O agronegócio, este sim, conseguiu estar em situação de evidência em praticamente todos os programas.

Marina Silva tem que fazer concessões a quem antes combatia e ainda tem que carregar o fardo de um vice, forte aliado do agronegócio, promotor dos transgênicos, defensor dos agrotóxicos. No que resultará tudo isso, é difícil de prever. Mas o certo é que a pauta da reforma agrária foi parar na gaveta do esquecimento.

O que, porém, não foi parar nesta gaveta, é a violência. Uma nova onda eclode no campo, fazendo elevar o número de assassinatos: 25 entre janeiro e agosto. Julho e agosto mostraram-se particularmente violentos: sete assassinatos em julho, quatro em agosto. Destes quatro, três mulheres.

Também não foi parar na gaveta do esquecimento a pressão para aprovar o novo Código da Mineração, em discussão no Congresso Nacional, sem sequer se importar com o que pensam as comunidades atingidas. E as Unidades de Conservação no Amazonas que, teoricamente, deveriam ser protegidas, continuam sendo invadidas pelo garimpo, a grilagem, o desmatamento e a exploração irregular de recursos, provocando sérios conflitos sociais e ambientais.

Ao mesmo tempo, em Guariba, SP, diversos atos lembraram os 30 anos de uma das maiores mobilizações de trabalhadores rurais da história recente do Brasil. Em 1984, 30 mil cortadores de cana, os conhecidos boias-frias, deflagraram greve contra as imposições de uma sobrecarga ao já estafante trabalho realizado. Os usineiros determinavam o corte de sete ruas de cana, ante as cinco anteriores, praticamente sem qualquer ganho adicional. A greve ganhou repercussão nacional e internacional e ficou conhecida como a revolta de Guariba. Conseguiu conquistar a contratação direta, sem intermediação dos gatos, a carteira assinada com os decorrentes direitos trabalhistas e outros. Conquistas que foram sendo estendidas a outros municípios, à medida da mobilização dos trabalhadores. A CPT esteve presente neste cenário, destacando-se a figura do Pe. José Domingos Braghetto, da coordenação da CPT São Paulo, que chegou a ser preso.

Um memorial está sendo projetado para, plasticamente, retratar o que esta luta representou como início de um novo tempo nas relações trabalhistas no campo, sobretudo, para os trabalhadores sazonais.

Em meio a tudo isso, mais uma grande perda para a CPT e os movimentos do campo. Plínio de Arruda Sampaio encerrou sua trajetória entre nós. Figura de destaque entre os cristãos que souberam unir profundamente fé e luta social, e política. Homem que devotou sua vida à causa dos trabalhadores e trabalhadoras da terra.

Plínio, tua dedicação e empenho na luta pela terra, jamais serão esquecidos!

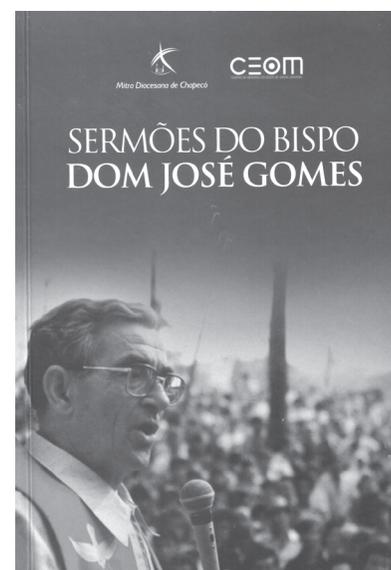

PUBLICAÇÕES

A banhista da Cervantes e outros Contos

Denis Venceslau, paraibano de nascimento, pernambucano de atuação, é formado em Letras, com especialização em Língua, Literatura e Linguística, e é agente da CPT Nordeste II e autor deste livro. Por suas andanças pelo sertão nordestino, Denis fez da caneta sua companheira, e com ela escreveu contos ao longo de sua trajetória. Com “A Carpideira” ganhou o primeiro prêmio como escritor no 9º Concurso de Contos Luis Jardim.



Sermões do bispo Dom José Gomes



Sermões do bispo Dom José Gomes é um grosso volume de 620 páginas, com os sermões escritos por Dom José entre 1975 e 1992. Esses sermões são o comentário das leituras litúrgicas dos tempos de Quaresma, Advento e mês missionário (outubro). Dom José os escrevia em sua máquina de escrever e depois de mimeografados eram distribuídos para serem lidos nas celebrações de todas as comunidades rurais. A vida das comunidades com seus conflitos está presente nestes sermões.

A publicação é da Diocese de Chapecó, em parceria com o Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (Ceom) da Unochapecó. O livro, lançado há poucos meses, compõe o volume número 7 da “Série Documento” do Ceom que objetiva publicar obras de referência para a história local e regional. Os editores, ao publicarem os sermões, tiveram como objetivo “não esquecer as ideias e ações de Dom José, para tornar a Igreja menos hierarquizada em relação às tradições seculares e mais aberta para as causas populares”.



É uma publicação da Comissão Pastoral da Terra – ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).
Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, ed. Dom Abel, 1º andar, Centro, Goiânia, Goiás. CEP 74030-090.
Fone: 62 4008-6466. Fax: 62 4008-6405.
www.cptnacional.org.br comunicacao@cptnacional.org.br

Presidente
Dom Enemésio Lazzaris

Coordenadores Nacionais
Padre Flávio Lazzarin
Edmundo Rodrigues
Isolete Wichinieski
Frei Luciano Bernardi

Redação
Cristiane Passos
Antônio Canuto
Rede de comunicadores da CPT

Jornalista responsável
Cristiane Passos (Reg. Prof. 002005/GO)

Impressão
LSV Produção Gráfica Ltda.

Diagramação
Vivaldo Silva Souza

APOIO

Brot für die Welt

CANADIAN CATHOLIC ORGANIZATION FOR
Development and Peace



MISEREOR
IHR HILFSWERK

ASSINATURAS

Annual R\$ 10,00.

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1.

Informações canuto@cptnacional.org.br



Ex-pistoleiro da UDR é condenado pelo assassinato de trabalhador sem terra

Em novo julgamento realizado no dia 21 de agosto, Augusto Barbosa da Costa foi condenado a 12 anos de prisão pelo assassinato do trabalhador sem terra Sebastião Camargo Filho, ocorrido em fevereiro de 1998, em Marilena (PR). Indiciado como participante do crime, Barbosa da Costa atuou como pistoleiro da União Democrática Ruralista (UDR). É a quarta pessoa condenada no caso. O julgamento durou quase dez horas. O réu foi julgado por sete jurados populares, e obteve quatro votos a favor de sua condenação. Barbosa da Costa tinha sido absolvido em um primeiro júri realizado em fevereiro de 2013. No segundo julgamento, realizado a pedido do Ministério Público, o Tribunal de Justiça entendeu por anular o julgamento anterior, por ter sido contrário à prova dos autos, uma vez que a maioria dos jurados teria reconhecido a participação do réu no crime, mas optaram por absolvê-lo.

Pastorais do Campo realizam terceiro módulo de Curso de Especialização

Entre 19 de julho e 1º de agosto, as Pastorais do Campo realizaram na Chácara Vicente Cañas, em Luziânia (GO), a terceira etapa do “Curso de Especialização em desenvolvimento e relações sociais no campo: diversidade e interculturalidade dos povos originários, comunidades tradicionais e camponesas do Brasil”, em parceria com a Universidade de Brasília (UNB). A turma, composta por agentes de pastoral da CPT, da CPP e do CIMI, inicia agora o processo de pesquisa de campo e redação



Foto: Arquivo CPT Nacional

da monografia, que deverá ser defendida em março de 2015. Este Curso de Especialização se destina à formação dos agentes das pastorais do campo.

Denúncias envolvem deputado relator da PEC 215, ruralistas e CNA

Em Nota Pública, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) manifestou perplexidade diante das graves denúncias divulgadas pelo Ministério Público Federal do Mato Grosso (MPF/MT), no dia 21 de agosto, envolvendo ruralistas, Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e o parlamentar relator da Comissão Especial da Câmara Federal, que trata da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215/00. De acordo com a denúncia, uma conversa telefônica legalmente interceptada, revela que o líder ruralista Sebastião Ferreira Prado planejava o pagamento de R\$ 30 mil a advogado ligado à Confederação Nacional da Agricultura

(CNA), que seria o responsável pelo relatório da PEC 215, na Comissão Especial que aprecia a matéria na Câmara dos Deputados. Sebastião, líder da Associação de Produtores Rurais de Suiá-Missu (Aprossum), está preso, acusado de aliciar pessoas para resistir à desocupação da Terra Indígena Marãiwatsédé, do povo Xavante, no nordeste de Mato Grosso. Por meio da PEC 215/00, latifundiários e conglomerados empresariais, ligados ao agronegócio, especialmente multinacionais, visam revisar e impedir demarcações de terras indígenas, titulação de terras quilombolas e a criação de novas unidades de conservação ambiental no Brasil.

STF recebe denúncia contra deputado federal por trabalho escravo

Por maioria de votos, a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) recebeu em parte, no dia 19 de agosto, a denúncia (Inquérito 3564) do Ministério Público Federal (MPF) contra o deputado federal João José Pereira de Lyra, de Alagoas, por redução a condição análoga à de escravo e aliciamento de trabalhadores. Em sua sustentação oral, a subprocuradora-geral da República, Cláudia Sampaio, destacou a ofensa aos direitos trabalhistas e o aliciamento de trabalhadores de um local para outro. Segundo ela, foram encon-

trados na propriedade do denunciado, 207 empregados em situação degradante, vindos em sua maioria de Alagoas e Maranhão, o que caracterizaria o aliciamento. “Todo o contexto do trabalho era degradante e foi minuciosamente detalhado pela denúncia”, afirmou a subprocuradora. Ao proferir seu voto, o ministro Ricardo Lewandowski, relator do inquérito, acolheu os argumentos do MPF e recebeu a denúncia quanto aos crimes de redução a condição análoga a de trabalho escravo e aliciamento de trabalhadores.

TJ do Pará anula julgamento que absolveu acusado de ser mandante do assassinato de casal em Nova Ipixuna

Em 12 de agosto, o Tribunal de Justiça (TJ) do Pará anulou o julgamento que absolveu José Rodrigues Moreira, acusado de ser o mandante do assassinato de José Claudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo Silva, crime ocorrido no projeto de assentamento agro-extrativista Praia Alta Piranhira, em 23 de maio de 2011. O acusado fora absolvido em julgamento ocorrido em Marabá, no dia 05 de abril de 2013. Diante da decisão houve recurso de Apelação perante o TJ Pará, sob a alegação de que a decisão dos jurados contrariou as provas existentes no processo. Os desembargadores, por unanimidade, con-



Foto: Felipe Milanez

cordaram com os argumentos contidos na apelação, anularam o julgamento e ainda decretaram a prisão de José Rodrigues, que deve permanecer preso até a realização de novo julgamento.

Fórum Social Temático de Energia é realizado em Brasília

A Universidade de Brasília (UnB) recebeu, entre 7 e 9 de agosto, o Fórum Social Temático Energia (FST-Energia). O encontro se propôs discutir propostas para a política energética brasileira, além de alternativas para o setor. As atividades ocorreram no Campus Darcy Ribeiro (Asa Norte) e, no dia 10, no Parque da Cidade. O evento reuniu entidades da sociedade civil ligadas à questão energética do país e do mundo. A CPT Bahia participou do evento como um dos promotores do Seminário “Projetos Energéticos em Bacias Hidrográficas no Brasil: resistências e propostas de comunidades impactadas”.

Ruben Siqueira e Roberto Malvezzi, ambos do regional da CPT na Bahia, participaram da assessoria do Seminário. Além disso, vídeos produzidos pela Pastoral, sob a coordenação de Thomas Bauer, foram exibidos em uma atividade que discutia a questão nuclear, e em outra sobre os impactos da energia eólica. Ao final dessa última atividade, foi assumida a criação de um núcleo para elaborar dossiê sobre a situação e os impactos causados pela produção desse tipo de energia, em vista da realização de um encontro, no ano que vem, com os impactados(as) pelos Parques Eólicos em toda a região Nordeste.

MINERAÇÃO

O oculto do minério não se esconde mais

RUBEN SIQUEIRA*

“Velho Chico vens de Minas,
De onde o oculto do mistério se escondeu”.
(Caetano Veloso, O ciúme)

“Desocultado” do ventre da terra onde por milhões de anos foi gestado, o minério deu num dos maiores saltos na evolução do ser humano sobre a terra. A “idade dos metais”, há cerca de sete mil anos atrás, significou sair da mais primitiva “idade da pedra” – aumentar a população, desenvolver as cidades e etc. Um expansionismo que durou até agora, na virada do globalizado terceiro milênio depois de Cristo. O que resta a extrair de dentro da terra, da água às “pedras raras”, está mapeado e em ferrenha disputa. No Brasil, rico em minerais diversos e abundantes, a mineração estoura por todo canto, atropelando gentes e ecossistemas. As comunidades atingidas resistem como podem. O comprometimento de matas, solos e aquíferos é irreversível. Empresários e autoridades se articulam para facilitar os altos negócios da exploração e exportação mineral. É grande a pressão para que seja aprovado sem suficiente debate o novo Código da Mineração, que regula a atividade, uma concessão pública, pois o subsolo é patrimônio



Foto: Almacks Luiz Silva

da União e deve servir ao bem comum do povo brasileiro.

O expansionismo minerário se deve à conjugação de dois fatores principais, de um lado, o crescimento da demanda global, em especial dos centros urbanos e das populosas China e Índia; de outro, a importância estratégica da exportação de minérios, de ferro principalmente, para o equilíbrio das contas públicas. Entre 2001 e 2011, o setor minerário cresceu 550% no Brasil, de US\$ 7,7 bilhões para US\$ 50 bilhões o valor da produção. Mas a crise mundial fez o setor recuar, o va-

lor da produção caiu 9% em 2013. A expectativa de queda dos lucros leva a mais pressões sobre o governo e o Congresso por mais vantagens ao setor no novo Código da Mineração.

Este Código chega como novidade e aparente regulação do setor, acena com aumento de arrecadação de impostos e maiores benefícios sociais. Na prática vai aprofundar o processo de privatização dos bens minerais e dos seus dividendos, e a submissão do Estado ao capital. Trará mais degradação ambiental e concentração da terra, menos áreas para a reforma agrária e mais barreiras para a titulação das terras indígenas e territórios tradicionais.

Estamos vivendo o que alguns chamam “paradoxo latino-americano”: “o Estado estimula atividades concentradoras de renda e geradoras de desigualdades sociais, arrecada mais recursos e, com eles, compensa as pes-

soas prejudicadas por tais atividades” (Bruno Milanez). Daí o “sucesso” dos últimos governos que combinam altos rendimentos ao capital e emprego precarizado aos trabalhadores, além de “bolsas” para os mais pobres.

Quem paga o custo são as comunidades próximas às explorações minerais, aos projetos energéticos, às obras de infraestrutura, como minerodutos, ferrovias, portos, parques eólicos etc. E a luta dos povos e comunidades tem que se reinventar a cada ciclo deste neoextrativismo, na defesa do direito ao território e ao próprio modo de vida, empatando os empreendimentos e buscando na lei sua garantia.

O atual modelo neoextrativista desentranha o ventre da terra, não revela seus mecanismos antidemocráticos, degradantes e injustos, nem obscurece nem subjuga os mistérios da vida no planeta. As comunidades resistentes acabam sendo “memória, rebeldia e esperança” para todos, de hoje e de amanhã.

*Agente da CPT Bahia.

MINERAÇÃO X QUILOMBOLAS

Boa parte do município de Oriximiná, no Pará, é constituída por comunidades quilombolas. Resultado de secular resistência, algumas das 35 comunidades, originárias do século 18, foram tituladas pelo governo federal, outras aguardam a titulação. Luta que se acirra no enfrentamento das mineradoras: eram 94 processos de mineração em seus territórios em 2011. Reservas de bauxita (para produzir alumínio), fosfato e ouro atraem empresas de todo canto. Inclusive a maior produtora de bauxita do Brasil, a Mineração Rio do Norte (MRN), que tem como acionistas poderosas empresas como a Vale,

BHP Billiton, Rio Tinto Alcan, Cia. Brasileira de Alumínio, Alcoa e outras.

O IBAMA tem concedido Licenças de Operação sem consulta prévia às comunidades, sem estudos de impactos nem ações de atenuação destes impactos. Apesar das denúncias, nenhuma medida foi tomada pelas autoridades contra estes abusos. Outras áreas do território também estão em processo de licenciamento. As pesquisas geológicas já foram feitas sem consultas prévias. O Ministério Público Federal recomendou o cancelamento da autorização, o que foi acatado e depois cancelado.

As pressões sobre as comunidades aumentaram, por parte da MRN e

da própria Fundação Cultural Palmares (FCP), órgão do Governo Federal, que deveria zelar pelos direitos dos quilombolas. Mancomunada com a MRN e políticos locais, a FCP promove reuniões e mal esconde o interesse em vencer as resistências, atropelando o modo quilombola de tomar decisões, semeando a divisão entre as comunidades. A principal reivindicação dos quilombolas é a esquecida titulação de suas terras, algumas com o Relatório Téc-



Foto Thomas Bauer - CPT Bahia

nico de Identificação e Delimitação pronto no INCRA, mas não publicado.

Fonte: Comissão Pró-Índio de São Paulo. Veja mais em: <http://www.quilombo.org.br/>.

RUMO AO IV CONGRESSO

Poronga, o Almanaque da CPT

ANTÔNIO CANUTO*

O IV Congresso da CPT está sendo construído passo a passo. Quando se definiu seu tema e o lema: “FAZ ESCURO, MAS EU CANTO” - “MEMÓRIA, REBELDIA E ESPERANÇA DOS POBRES DA TERRA”, pensou-se em como motivar os trabalhadores e trabalhadoras com os quais a CPT trabalha, para entrar no clima do Congresso. E uma das sugestões logo encampadas com muita vibração foi a de apresentar toda a temática a ser trabalhada na forma de almanaque, por ser uma publicação leve e atraente, de leitura fácil.

Depois de um tempo de conversa,

sugeriu-se um nome para este almanaque: PORONGA.

Por que este nome? O que é poronga? O almanaque traz a resposta.

“Poronga é uma lamparina, usada pelos seringueiros. Ela é encaixada em um suporte que é colocado na cabeça. Dispõe de um reservatório para o combustível (querosene) e um pavio. Na parte de trás, tem uma espécie de espelho ou proteção que projeta a luz para frente. Os seringueiros a usam porque saem de madrugada pelas estradas da seringa. Ela ilumina a estrada na escuridão da floresta. Ela ilumina as árvores que vão ser sangradas para delas retirar o látex do qual vai ser produzida a borracha.”



Por que Poronga como nome do almanaque da CPT?

Tem duas razões principais.

Primeira, “porque a CPT vai realizar seu IV Congresso, em 2015, em Porto Velho, Rondônia. Em plena Amazônia, onde vivem os seringueiros”. Segunda, “por que os trabalhadores e trabalhadoras da terra, das águas e das florestas, hoje

enfrentam uma noite escura. Seus territórios não são reconhecidos. Há as mais diversas tentativas de cercar seus direitos, duramente conquistados”.

Conclui a apresentação: “O Almanaque vai ser nossa PORONGA que vai iluminar as estradas que

levam ao IV Congresso. Ele também vai ajudar os trabalhadores e trabalhadoras da terra, das águas e das florestas a não tropeçarem nos obstáculos dessa noite escura que atravessam. Com nossas PORONGAS acesas vamos encher de luz a floresta amazônica e todo o Brasil”.

Como é o Almanaque Poronga?

O Almanaque intercala textos, com receitas de remédios e de comidas, e dicas que ajudam o trabalho na lavoura. Traz também causos, lendas, piadas, palavras cruzadas, você sabia?, caça números e caça palavras, trava-línguas. Zé Bomtempo e Nhá Quizila são dois personagens das tirinhas. Cinco personagens ilustram os textos: um seringueiro, um lavrador, uma quilombola, um indígena e uma cabocla. Ilustrações do chargista Latuff também enriquecem a publicação.

O Almanaque ainda nos refresca a memória sobre a história da CPT e sobre os Congressos realizados. Traz também poemas.

O primeiro número do Poronga foi publicado pouco tempo depois

da morte do vice-presidente da CPT, dom José Moreira Bastos Neto e de Dom Tomás Balduino, um dos seus fundadores, seu presidente por mais de seis anos e seu Conselheiro Permanente. A eles foi dedicado este primeiro número.

Poronga anuncia que a CPT vai realizar seu IV Congresso e lembra os três Congressos anteriores: onde foram realizados, por que aquele local foi escolhido, em que data foi realizado, qual foi o tema de cada um e as principais luzes e encaminhamentos que cada Congresso apresentou.

Introduz o IV Congresso e os temas que nele serão tratados, traz as razões e os motivos por que Rondônia foi escolhida para sediá-lo, com mui-

tas informações sobre Rondônia e a Amazônia para que quem chegue lá, conheça um pouco de sua história.

Há também os depoimentos de três bispos fundadores da CPT sobre os temas do Congresso: memória, rebeldia e esperança. São como um aperitivo para a gente começar a saborear este Congresso. Dom Moacir Grecchi, primeiro presidente da CPT, fala sobre Memória; Dom Tomás Balduino, sobre Rebeldia e Dom Pedro Casaldáliga, sobre Esperança.

A pastora Nancy Cardoso e o frei Luciano Bernardi e padre Flávio Lazzarin, da coordenação executiva nacional, dão umas pinceladas para ir se trabalhando a reflexão sobre cada um dos três temas.

Nova edição

Até o final do ano, uma segunda edição do almanaque vai estar concluída. Ela vai trazer o roteiro de alguns encontros de reflexão, para que todos da CPT se preparem para a realização do IV Congresso. Esta próxima edição também vai incorporar a agenda que todos os anos a CPT publica.

Com os almanaques, a CPT vai se preparando também para a comemoração, em 2014, dos seus 40 anos de vida e atuação junto aos homens e mulheres do campo, das águas e das florestas. O almanaque ajuda a refrescar a memória sobre como a CPT surgiu e do que aconteceu nestes 40 anos de caminhada.

LUTO

O legado de Plínio de Arruda Sampaio

CRISTIANE PASSOS*

Em um ano em que a luta dos povos da terra perdeu grandes apoiadores, mais um baluarte se foi para o Panteão dos grandes mestres da luta social brasileira. Plínio de Arruda Sampaio nos deixou no dia 8 de julho último.

Paulistano, Plínio de Arruda Sampaio foi um dos 100 primeiros brasileiros a terem seus direitos políticos cassados por dez anos, pelo Ato Institucional nº 1, nos primeiros dez dias do regime militar, imposto através de um golpe em 1964. Exilou-se no Chile, onde ficou por seis anos, trabalhando como funcionário da FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação). Em 1970 se mudou para os Estados Unidos, onde trabalhou no programa FAO/BID, em Washington, antes de cursar o mestrado em Economia Agrícola na Universidade de Cornell. Em 1976 voltou ao Brasil, onde foi professor da Fundação Getúlio Vargas, fundando o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec) e engajando-se na campanha pela abertura do regime militar e pela anistia dos condenados políticos. Ainda nos anos 1960, antes do golpe, foi relator do I Plano Nacional de Reforma Agrária, durante o governo de João Goulart (1962-1964).

Ao lado de outros militantes, idealizou um partido à esquerda do MDB (Movimento Democrático Brasileiro), tendo se articulado com líderes emedebistas, ao lado, inclusive, de Fernando Henrique Cardoso. Paralelamente ele ajudou a lançar a candidatura de Fernando Henrique ao Senado, pelo MDB, mas com um acordo firmado entre eles de que se FHC ganhasse mais de um milhão de votos, eles criariam um novo partido de esquerda, que possuía programa, manifesto e nome: chamar-se-ia Partido Socialista Democrático Popular



Foto: Arquivo CPT Nacional

(PSDP). Para Plínio, a nova legenda deveria ser democrática e de massas, com base popular e programa socialista. Porém, a ideia da criação do novo partido foi por água abaixo diante das mudanças de planos de FHC. Eleito suplente de senador, e com 1.600.000 votos, Fernando Henrique declarou como prioridade o fortalecimento do MDB, alegando que se cumprisse o combinado com Plínio estaria encorajando o divisionismo. Perplexo, Plínio rompeu com o MDB.

Com o fim do bipartidarismo, Plínio, junto a outras figuras ilustres da luta social no Brasil, engaja-se na fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980. Ele foi o autor do estatuto do Partido e um dos idealizadores de seus núcleos de base. Em 1982 candidatou-se a deputado federal por São Paulo e tornou-se suplente. Veio a ocupar o cargo quando da saída do deputado Eduardo Suplicy para disputar a prefeitura de São Paulo. Participou ativamente da campanha Diretas Já, foi o segundo candidato a deputado federal constituinte mais votado, em 1986, ficando atrás apenas de Luiz Inácio Lula da Silva. Participou da elaboração da Constituinte de 1988, onde ficou conhecido por propor e defender um modelo constitu-

cional de reforma agrária, que tinha como intuito acabar com o latifúndio.

Foi candidato ao governo de São Paulo em 1990, tendo sido derrotado pelo secretário de segurança pública, Luiz Antônio Fleury Filho, do PMDB. Em 1992, Plínio apoiou o movimento pelo impeachment do então presidente Fernando Collor.

Com a eleição de Lula, em 2002, coordenou a elaboração do II Plano Nacional de Reforma Agrária, que o governo nunca tirou do papel. Em 2005, após desligar-se do PT, por não concordar com o rumo político do partido, ingressou no Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Em 2006 disputou as eleições para o governo de São Paulo, coligando-se ao PSTU e PCB.

Durante o II Congresso do PSOL, em 2010, o nome de Plínio como candidato à presidência da república foi lançado. Dias depois foi apresentado um manifesto com centenas de assinaturas em apoio à candidatura de Plínio. Entre elas a de Aziz Ab'Saber, Fábio Konder Comparato, José Arbex Jr., Dom Luís Cappio, Dom Tomás Balduino, Ricardo Antunes, entre outros. Em junho do mesmo ano, seu nome foi oficializado como candidato ao cargo. Plínio se destacou

na imprensa e na rede social Twitter durante o período eleitoral. Seu desempenho no debate da TV Bandeirantes ganhou destaque nos meios de comunicação, e ele atraiu a atenção de muitas pessoas, principalmente jovens, que pouco conheciam de sua trajetória.

CPT lamenta a morte de Plínio

A Diretoria e Coordenação Nacional da CPT divulgaram uma Nota Pública de Pesar pela morte de Plínio, em que destacaram que “a dedicação de Plínio à causa dos homens e mulheres do campo, seu empenho na busca de alternativas para superar a situação injusta de concentração da propriedade da terra, são um exemplo e um estímulo a todos quantos hoje ainda lutam pela reforma agrária e por condições melhores para os que vivem do trabalho na terra”. A coordenação lembrou, ainda, que “a CPT se considera privilegiada por ter contado com a assessoria de Plínio em muitos momentos dos seus quase 40 anos de existência. Ele também foi apoiador e incentivador de todos os movimentos sociais do campo. Os camponeses e camponesas do Brasil, que há dois meses [em 2 de maio], sentiram o impacto da morte de um dos grandes baluartes da luta no campo, Dom Tomás Balduino, agora sofrem o baque com a perda de outro grande aliado, Plínio de Arruda Sampaio”. Nesses tempos difíceis de grandes perdas, lembremos aquele que ainda resiste, elevando a todo o momento as palavras de fé e esperança, Dom Pedro Casaldáliga, “quanto mais difícil o tempo, mais forte deve ser a esperança”.

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

CONCÍLIO VATICANO II

O Concílio e a Liturgia

FLÁVIO LAZZARIN*

É nas mudanças litúrgicas que nos deparamos com as novidades mais visíveis e impactantes da renovação da Igreja inaugurada pelo Concílio. A *Sacrosanctum Concilium*, constituição sobre Liturgia, foi o primeiro documento aprovado pelo Vaticano II, em dezembro de 1963. Trata-se de novidades que não ficaram confinadas nos documentos e na sua interpretação, e atingiram diretamente as celebrações litúrgicas no dia a dia da vida dos católicos. O latim, que era a língua dos padres, incompreensível para os fiéis, foi substituído pelas línguas vernáculas e a participação do Povo de Deus – figura teológica, que redefinirá a Igreja na *Lumen Gentium* – é o tema central da *Sacrosanctum Concilium*: a liturgia não é mais considerada como a Missa do padre, mas é ação do povo de Deus. Outra novidade é o lugar reservado à Bíblia nas celebrações “para que apareça mais claramente na liturgia a íntima conexão entre o rito e a palavra” (n. 35). Um católico que ia à missa antes do Concílio não podia construir familiaridade com o Antigo e o Novo Testamentos.

Nada ou quase nada sabia dos contos de Abraão e Sara, de Moisés, Miriam e do Êxodo, de Samuel, dos profetas, de Lázaro, Marta e Maria, do filho pródigo, de Emaús... até porque os leigos só tinham a possibilidade de se aproximar do mistério de Deus, pelas definições do Catecismo de São Pio X, a chamada História Sagrada, a vida dos Santos e Santas e as mais variadas devoções, que, frequentemente, ocupavam os fiéis também durante a celebração da Missa.

Mas é aqui, na América Latina, que, com criatividade profética, a liturgia vai além da acessibilidade criada pelo uso da língua vernácula. A re-



novação litúrgica foi um processo que começou nas comunidades de base, com a valorização do protagonismo dos pobres do campo e da cidade. Foi o novo da pastoral da libertação em que, além da ligação entre Palavra e Sacramento, se descobria a fundamental reciprocidade entre Palavra e Vida, Palavra e História. E mais do que isto, o novo foi a incorporação das culturas populares. Isso se deu não só através das cores, movimento, música, dança, que superaram poeticamente as limitações das palavras e dos conceitos, mas na presença no âmbito litúrgico dos povos originários, dos afrodescendentes e das mulheres. Uma Igreja marcada pela cultura branca, machista e ocidental foi interpelada criticamente pelo grito das culturas não-ocidentais ameríndias e negras. E pela insurgência feminina.

E foi, sobretudo, a liturgia, muito mais do que a teologia, que se tornou um terreno de disputa: entre a fixidade do rito romano e as espiritualidades das comunidades e Igrejas locais; entre o monoculturalismo católico (ainda a cristandade colonial e colonizadora!) e a abertura macroecumênica; entre o clericalismo e o protagonismo popular. O VIII Encontro Intereclesial das Cebs, em Santa Maria-RS, evidenciou este conflito e foi talvez o canto do cisne da liturgia ameríndia festiva e insurgente. Depois disto abriu-se espaço para um retrocesso, hoje em dia, geral e incon-

testado. Pensem como a maioria das celebrações está sendo controlada por subsídios pré-fabricados, que uniformizam e matam qualquer criatividade e qualquer participação digna deste nome. Pensem nos cantos litúrgicos, em que individualismo e intimismo colonizam a espiritualidade e a beleza. E excluem a concretude da história e a corporeidade do cotidiano.

Enfim, sem esquecer as celebrações simples e belas das comunidades escondidas no campo e nas periferias das cidades, quero fazer memória de uma Eucaristia que marcou a caminhada: é a Missa dos Quilombos, celebrada pela primeira vez, no ano de 1981, presidida por Dom Helder Câmara e dom José Maria Pires em Recife, em frente à Igreja do Carmo, no mesmo local onde foi exposta a

cabeça de Zumbi, em 1695, depois de sua morte em combate no cerco ao Quilombo dos Palmares. Dom Pedro Casaldáliga e Pedro Tierra (Hamilton Pereira) construíram a poesia desta missa, que envolveu Milton Nascimento, pela música. Missa tão perigosa que mereceu a censura da ditadura militar e do Vaticano.

Seria ótimo se pudessemos ouvir de novo esta profecia litúrgica, que celebra eucaristicamente a corporeidade crucificada e ressuscitada da negritude e que, ao mesmo tempo, é obra-prima da arte musical contemporânea no Brasil.

A Missa dos Quilombos foi o segundo capítulo da renovação litúrgica que denunciava a opressão: em 22 de abril de 1979, na Catedral Metropolitana de São Paulo, sete mil pessoas celebraram a Missa da Terra sem Males, escrita também por dom Pedro Casaldáliga e Pedro Tierra, e musicada por um descendente indígena, Martin Coplas – missa de memória, remorso, denúncia e compromisso frente ao etnocídio secular das nações indígenas, perpetrado pela civilização ocidental.

“Poderia ter sido um poema, uma cantata, mas nasceu missa. Porque é impossível separar a história dos Povos Indígenas da América da presença da Igreja entre eles. A mesma Igreja que abençoou a espada dos conquistadores e sacramentou o massacre e o extermínio de povos inteiros, nesta missa se cobre de cinza e faz sua própria e profunda penitência. A penitência por si só não conduz a nada, nem sequer alivia a responsabilidade histórica que a Igreja assumiu ao lado do branco colonizador. Contudo, a História marcha e a Igreja mantém um laço profundo com os oprimidos da América. Que esta penitência contribua para que este laço se converta em compromisso com a marcha do Povo a caminho de sua libertação.” (Pedro Tierra)

30 anos da maior greve de bo

CRISTIANE PASSOS*

Em maio de 1984 foi deflagrada a maior greve rural da história do Brasil. 30 mil boias-frias pararam por 10 dias em pleno berço da cana de açúcar, a região nordeste do estado de São Paulo, a cidade de Guariba. Duramente reprimido pela Polícia Militar de São Paulo, o movimento terminou com um morto e 30 feridos. Apesar da violência da repressão, os trabalhadores obtiveram ganhos e melhorias em seu trabalho a partir dessa ação organizada. Além disso, os benefícios se estenderam aos trabalhadores de Bebedouro, SP, entre outros municípios paulistas.

Os trabalhadores boias-frias de São Paulo foram impedidos a se organizarem e lutarem por seus direitos, diante da pobreza a que foram acometidos. Mesmo com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, no ano anterior, que estendeu a esses trabalhadores direitos similares aos operários da cidade, estes não estavam sendo respeitados. Diante disso, os trabalhadores saquearam um supermercado e destruíram instalações e veículos da companhia de água e esgoto do estado.

Outra greve havia sido realizada em 1983 para denunciar os pe-

quenos salários e o excesso de exigências em torno à cana de açúcar cortada. Em artigo publicado na época, o sociólogo José de Souza Martins destacou que o cortador de cana precisava, então, cortar cerca de duas toneladas de cana para conseguir comprar um quilo de feijão, e que poderia chegar a 12 toneladas de cana cortada somente para conseguir pagar a conta de água. Além disso, por serem considerados trabalhadores temporários, as fazendas não queriam assumir responsabilidades trabalhistas com eles.

“A gente é povo lavrador, que vê que é pisado e não via jeito de sair fora. Isso foi um movimento da barriga vazia. Greve não é uma gracinha” – Benedito, 27 anos, desde os 14 no corte de cana (Tribuna Operária de São Paulo – 28/05 a 03/06 de 1984).

A gota d'água para o início do movimento foi a determinação dos patrões de que a área de cana cortada aumentaria de 5 para 7 ruas, sem melhorias no ganho desses trabalhadores. Conforme depoimento de um dos boias-frias grevista na época, “a gente sofria com tudo isso e muito mais. Sofria com 7 ruas, salário baixo, os preços dos alimentos muito caros, abuso dos feitores e tudo isso fazia com que eu e meus filhos passassem fome... era muito dolorida a vida que estávamos

levando, eu e meus companheiros com os braços feridos de transportar cana nos braços para jogar no meio das 7 ruas. Nossos braços chegavam a correr sangue vivo, quando abraçávamos a toiceira de cana para cortar” (Vai e vem, Boletim das Migrações – Ano 4, nº 14 – setembro de 1984).



Foto: Osmar Cardes - Folha de São Paulo

A morte e o acordo

Durante a greve, Amaral Vaz de Melone, um recém-aposentado que observava as ações do movimento, foi morto por uma bala perdida. Dois dias depois, após sete horas de reunião, realizada no Sindicato Rural de Jaboticabal, um acordo foi assinado de forma apressada com alguns produtores rurais. O primeiro deles a assinar foi Roberto Rodrigues, na época diretor

da Sociedade Rural Brasileira. Entre as conquistas desse acordo, podemos destacar transporte gratuito, segurança no transporte, fornecimento de ferramentas, pagamento por dias que não trabalhassem devido a algum imprevisto (como por exemplo, a chuva), décimo terceiro salário e carteira assinada, fiscalização do pagamento, e, claro, o aumento do salário.

A explosão

O conflito foi chamado por vários veículos de comunicação na época como “explosão”. Conforme boletim da CPT São Paulo de junho de 1984, o primeiro conflito “explodiu” em Guariba, à época o maior produtor de açúcar, álcool e laranja do país, que quando em período de safra chegava a reunir 200 mil boias-frias. A revolta ampliou-se pelo interior do estado. Em Bebedouro (SP) os apanhadores de laranja entraram em greve reivindicando o aumento do valor recebido por caixa colhida. Em outros municípios como Itaberá, Andradina, Itapetininga e Sorocaba, os trabalhadores começaram a fazer ocupações de terras.

Com toda essa movimentação,

os boias-frias obrigaram os usineiros a sentarem à mesa de negociações e impuseram suas reivindicações, conquistadas quatro dias após o início da greve. Os apanhadores de laranja tam-

“Se o povão quiser mesmo lutar, ninguém segura. Se eles têm o capital, é porque nós, os pobres, trabalha” – Alves, rural (Tribuna Operária de São Paulo – 28/05 a 03/06 de 1984).

bém conseguiram conquistas, da mesma forma que os ocupantes de terras em Itaberá, que haviam recebido a promessa de assentamento pelo governo do estado.

A CPT, os sindicatos e a Federação

O movimento grevista de Guariba surgiu de maneira autônoma e organizada pelos próprios trabalhadores. Conforme arquivo da CPT referente à greve, a Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de São Paulo, FETAESP, se ausentou durante todo o processo de mobilização da greve, bem como do momento do acordo. Vindo, inclusive, a público dizer que os acordos firmados estariam restritos a Guariba, e que a Federação não teria assi-

nado qualquer acordo com quem quer que fosse.

Mesmo após as conquistas do movimento, a Fetaesp manteve sua posição de não estender tal acordo para o resto do estado, com a justificativa de que ele não seria cumprido de qualquer maneira. A estratégia da Federação ficou restrita à mobilização dos sindicatos que ainda não haviam assinado nenhum acordo, para que estes discutissem as suas reivindicações, independente do

ÓRIA

Boias-frias da história do Brasil

que ficou estabelecido em Guariba ou em Bebedouro.

A CPT do estado de São Paulo participou ativamente da greve dos boias-frias, com sua presença e apoio, personificados na figura de Padre José Domingos Bragheto, à época coordenador da Pastoral no estado. Bragheto manteve-se presente na organização dos boias-frias mesmo após a grande greve, na tentativa de garantir os acordos firmados durante o movimento.

Devido a sua atuação, ele chegou a ser preso em 10 de outubro de 1984, em Bebedouro, por “desobediência às autoridades”. A CPT Nacional divulgou, em Brasília, nota de protesto pela prisão de Bragheto, e o bispo de Jaboticabal, Dom Luiz Eugênio Perez, contratou o advogado Otávio Toledo para defender o sacerdote. Bragheto acompanhava um piquete de boias-frias diante da Frutesp, quando os trabalhadores foram atacados por 100 homens da tropa de choque da Polícia Militar. Os policiais queriam liberar 10 caminhões de suco de laranja, que haviam sido retidos pelos boias-frias. O padre, conforme declaração na época, procurou intervir conversando com os policiais para preservar a integridade física dos trabalhadores, mas teve como resposta uma cacetada na cabeça, empurrões e golpes de metralhadora na barriga. Preso, Bragheto foi encaminhado à delegacia de Bebedouro, de lá à Santa Casa, onde foi medicado, retornando em seguida à delegacia. Ele foi solto no dia seguinte mediante o pagamento da fiança de 10 mil cruzeiros.

A CPT manteve-se presente após todo o movimento grevista, preocupada com o avanço da mecanização no campo e o aumento da presença dos “gatos” nas fazendas. A CPT via com preocupação esses fatos, já que os trabalhadores poderiam ter seus direitos vilipendiados, ou serem aliciados e explorados em fazendas distantes dos olhos da Pastoral e dos Sindicatos.



Foto: Pastoral do Migrante



Foto: Pastoral do Migrante

Guariba – referência nacional

Em entrevista ao jornal Pastoral da Terra, Francisco Alves, pesquisador e professor da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), traz mais elementos sobre a greve que sacudiu o estado de São Paulo nos anos 1980. Francisco fez sua tese de Doutorado sobre o tema.

Pastoral da Terra - Quais foram as principais conquistas da greve para os trabalhadores?

Francisco Alves - As principais conquistas foram: o fim do corte em 7 ruas e volta do eito de 5 ruas; a contratação direta, sem intermediação dos gatos; carteira assinada com pagamento dos direitos trabalhistas (fim de semana remunerado; 13º salário e férias proporcionais); pagamento pelos dias não trabalhados devido a problemas do empregador - cana não queimada previamente ao corte; chuvas; quebra de moenda e etc; pagamento das horas in itinere e fixação do piso salarial da categoria cortador de cana.

P.T. - Em que o movimento grevista de Guariba contribuiu para mudanças nas relações entre os trabalhadores e o setor patronal rural?

F. A. - A greve vai conquistar direitos trabalhistas que já existiam em lei, mas não atingiam os cortadores de cana. A legislação trabalhista, embora seja da década de 1930, só vai chegar no rural e em São Paulo, nos cortadores de cana, graças à greve de Guariba e as demais greves pós Guariba 1984. A reação do setor patronal será na direção da efetivação dos “gatos” como empregado das usinas,

e a intensificação da mecanização do corte de cana.

P. T. - Como você analisa essa revolta dos trabalhadores, com organização própria, e independente de sindicatos e federações?

F. A. - Eu não chamo nem de revolta, nem de levante de Guariba. Eu chamo de greve de Guariba, porque o que deflagrou a greve foi a mudança na forma de corte de cana, de 5 ruas para 7 ruas. Portanto a greve decorreu da insatisfação dos trabalhadores sobre suas condições de vida e trabalho, tendo como questão chave a luta contra as 7 ruas e a volta às 5 ruas. Porém, a repressão policial, que espancou os trabalhadores em casa, combinado com o preço e a falta d'água nos bairros periféricos, mais os altos preços cobrados pelos produtos consumidos pelos trabalhadores, fizeram com que a greve crescesse e tornou-se um movimento de massa, popular, daí passaram a chamar de revolta ou de levante, tendo como objetivo reduzir a imputação de culpa sobre os usineiros e sobre as condições de trabalho por eles impostas aos trabalhadores.

A greve já era discutida e tratada pelos trabalhadores diretamente no campo, sem a intermediação dos sindicatos, que, em alguns casos, nem existiam. Vide Guariba que em 1984 não tinha sindicato próprio. Possuía uma extensão de base do sindicato de Jaboticabal. As entidades sindicais chegaram em Guariba depois da greve instalada, e participaram da comissão de negociação,

que contará também com a participação direta de trabalhadores escolhidos em assembleia.

P. T. - Em que a greve de Guariba contribuiu para o trabalho rural no resto do estado de São Paulo e no país?

F. A. - A greve de Guariba, com sua forma de greve (do campo para a cidade), com suas reivindicações e com negociação direta entre trabalhadores e usinas, se espalhará por todo o Estado de São Paulo e para outros estados do país, tornando-se referência nacional. As reivindicações de Guariba (conforme resposta à primeira pergunta) serão transpostas e adaptadas a todas as regiões canavieiras do Brasil. Ela inclusive romperá os limites da Lei de Greve (Lei antigreve), que norteava as greves de canavieiros em Pernambuco e Paraíba. A partir de Guariba, as greves dos demais trabalhadores rurais do Brasil seguirão os parâmetros de Guariba: greve no eito, com paradesios; montagem da pauta de reivindicações; greve nas cidades dormitórios e negociações diretas com os usineiros. A greve contribuiu para tornar visível as condições de vida e trabalho dos boias-frias, e isso fará com que essas condições melhorem, no que tange à formalidade e garantia de direitos trabalhistas, embora os usineiros, de outro lado, também tenham imposto pesados ônus aos trabalhadores, com a mecanização do corte; a imigração; a intensificação do trabalho e doenças e mortes decorrentes do trabalho.

* Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT

ANÁLISE

Cadê a Reforma Agrária?

ANTÔNIO CANUTO*

Para os movimentos do campo a Reforma Agrária está paralisada. Paralisa que atinge não só os programas de desapropriação de áreas para assentamento de famílias sem terra, mas afeta de uma forma mais dura o reconhecimento e demarcação de territórios indígenas e de quilombolas.

Este quadro vai mudar no próximo governo?

Triste é constatar que nos programas dos candidatos à presidência da República, de modo particular nos que estão em situação melhor nas pesquisas eleitorais, o tema praticamente sumiu. Continua presente em programas de alguns pequenos partidos sem qualquer chance de vitória.

Vamos analisar e avaliar os programas.

Programa da Presidenta Dilma, PT

As linhas gerais do Programa de Governo Mais Mudanças, Mais Futuro, apresentado por Dilma Rousseff e o PT, centra-se no que representaram os 12 anos do governo do PT, apresentados como os 12 anos que transformaram o Brasil.

Entre o que consideram como transformação está: “No campo, 771 mil famílias tiveram acesso à terra por meio da Reforma Agrária, com acesso a crédito fundiário. Entre 2003 e 2013, 51 milhões de hectares foram incorporados pelo programa de reforma agrária.”

É a única vez em que a Reforma Agrária aparece. Ao falar do novo ciclo histórico que começará com um segundo mandato, em momento nenhum a Reforma Agrária aparece. Silêncio mais que total!

Agronegócio fundamental para a economia brasileira

Já o Programa de Governo de Aécio Neves, do PSDB, no capítulo II, que trata da cidadania, dedica o IV ponto ao Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar Alimentar e o XIII à Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável.

Neste último há a seguinte diretriz: “Apoio à reforma agrária e ao fortalecimento da agricultura familiar de base agroecológica, como base para emancipação familiar”.

É a única referência à Reforma Agrária.

No capítulo III, dedicado à Economia, ao abordar a política Agrícola, diz: “O apoio ao agronegócio é fundamental para a economia brasileira”. Pelo visto, agricultura familiar, reforma agrária, nada tem a ver com economia.

Programa do PSB/REDE

O programa do candidato Eduardo Campos tratava da reforma agrária no segundo eixo programático, sobre Economia para o Desenvolvimento Sustentável, mas era pobre no seu detalhamento.

Já o programa de Marina Silva trata do assunto no mesmo eixo. Dedicou um bom espaço, recheado de gráficos, para mostrar como a presidenta Dilma deixou de lado a Reforma Agrária. Seu programa detalha ações sendo a primeira assentar “as 85 mil famílias hoje à espera de lotes, segundo estimativas dos movimentos sociais”. Propõe ainda, entre outras, incorporar à economia cerca de um milhão de famílias que vivem em minifúndios, fazer novos assentamentos, próximos a cidades médias do interior, atualizar os índices de produtividade e acelerar o diagnóstico da função social da propriedade rural e “priorizar e qualificar os processos de regularização fundiária, especialmente na Amazônia, no Nordeste, na faixa de fronteira e nos territórios quilombolas.”

Um programa de anti-reforma agrária

O programa do candidato pelo PSC, pastor Everaldo, é declaradamente um programa anti-reforma agrária. Entre as ações para garantir a “Qualidade de Vida” está a propriedade privada. No contexto da propriedade privada é que está inserida a reforma agrária: “Reforma agrária, com foco no uso de terras públicas para este fim”. Ao tratar do agronegócio, uma das propostas é a de “restabelecer



Foto Cristiane Passos - CPT Nacional

a segurança jurídica no campo, em defesa do direito de propriedade rural”.

Programa do PSTU

O programa de governo de Zé Maria, candidato do PSTU, elenca 16 propostas para a construção de um Brasil para os trabalhadores. A sexta delas: “Uma verdadeira reforma agrária, que se encontra paralisada no governo Dilma, poderia também garantir alimentos para a população a um preço mais barato, além de garantir terra aos sem-terras. Para isso, é preciso enfrentar o latifúndio agroexportador”.

Programa de Luciana Genro, PSOL

Onde a Reforma Agrária ganha destaque adequado à sua importância é nas Diretrizes Gerais para Programa de Governo do PSOL. A apresentação do programa destaca os retrocessos na democratização da propriedade da terra pela aliança do governo com o agronegócio. As propostas de Reforma Agrária do PSOL aparecem tanto no Eixo 1: Política Econômica e Modelo de Desenvolvimento, quanto no eixo 3: Mais e Melhores Direitos.

No eixo 1, diz que uma profunda revisão do sistema agrário brasileiro é elemento de construção de um novo modelo econômico e de desenvolvimen-

to, que desmonte o latifúndio e desapropriar propriedades que possam ser utilizadas para fins produtivos – sobretudo a produção de alimentos. No Eixo 3, a Reforma Agrária é considerada de vital importância, para o povo do campo e que pode assegurar o desenvolvimento regional. “Reforma que parta da necessidade de democratização da propriedade da terra, fixando limites, e propondo a reorganização da produção agrícola, priorizando a produção de alimentos sem venenos.”

Outros partidos

O programa de Eduardo Jorge, do PV, defende: “a desapropriação de terras ociosas ou de baixa produtividade e dos megalatifúndios, preservadas as áreas de interesse ecológico”. Rui da Costa Pimenta, do PCO, propõe o fim da repressão aos sem-terra, expropriação do latifúndio e imediato assentamento de todas as ocupações. No programa do PSDC, de José Maria Eymael, a Reforma Agrária aparece como solução dos conflitos no uso da terra. No programa de Mauro Iasi, do PCB, a Reforma Agrária é apresentada como uma das alternativas socialistas para construir a vida. Não conseguimos acessar o programa do PRTB, de Levy Fidelis.

* Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

AMAZÔNIA

O triste abandono das Unidades de Conservação no Amazonas

QUEOPS SILVA DE MELO*

O estado do Amazonas tem atualmente cerca de 35% do seu território composto por Unidades de Conservação (UC). São mais de 44 milhões de hectares em 111 UC's, sendo 47 federais, 41 estaduais e 23 municipais, onde vivem caboclos, ribeirinhos, indígenas e remanescentes de quilombolas. Dessas, 15 UC's federais e 33 UC's estaduais são de uso sustentável. Os dados são do Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC) da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS).

As áreas protegidas de uso sustentável são espaços que objetivam garantir o território às famílias que tradicionalmente habitam essas áreas, além de proteger e manter a diversidade biológica, os recursos naturais e culturais, através de instrumentos legais ou outros meios institucionais específicos. Esses espaços são criados e geridos nos diversos níveis da administração pública (Federal, Estadual e Municipal). Dentro dos limites e no entorno destas áreas, os processos conflituosos são intensos. As imensas e biodiversas áreas deveriam, teoricamente, ser protegidas de ameaças ambientais como o garimpo, a grilagem, o desmatamento e a exploração irregular de recursos.

No entanto, os problemas ambientais persistem, pois desde suas criações, promessas que foram feitas não são cumpridas pelos governantes, e as gestões das UC's envolvem, além de problemas ambientais, dificuldades de ordem econômica, social, e, principalmente, política, o que em geral ocasiona graves conflitos. Estes conflitos têm origem nas bases em que foram criadas as primeiras áreas protegidas: eram definidas somente como reserva de recursos. Eram desconsideradas as relações e, muitas vezes, a interação entre as populações e o meio ambiente, mesmo as populações tidas como tradicionais.

Outro agravante. Essas unidades ainda não estão com sua situação fundiária regularizada. Seus moradores raramente estão usufruindo dos benefícios que lhes são garantidos por morarem em uma unidade de conservação, eles convivem com os mesmos problemas fundiários que antes, que vão desde propriedades particulares, que são várias, a unidades de conservação federais criadas em terras do estado, e vice e versa. Isso vem impedindo a implantação dessas unidades e, principalmente, dificultando as comunidades a saírem das mãos do patrão, de forma a acirrar os conflitos pelo uso dos recursos naturais entre moradores dessas unidades e pessoas vindas "de fora", que usam predatoriamente a pesca, a madeira e outros recursos naturais. Consequência dessa invasão são os assassinatos dentro dessas áreas e a exploração dos ribeirinhos por patrões (coronéis de barranco), que se dizem donos do seringal ou da comunidade, e lá abusam da ingenuidade das famílias para cobrar rendas absurdas e vender suas mercadorias a preços exorbitantes, mantendo-as sempre em estado de servidão por dívida.

Prova disso é o que ocorreu no início desse ano de 2014 na reserva extrativista Médio Purus, localizada no município de Lábrea (AM). O Ministério do Trabalho, em parceria com a CPT e o ICMBio local, realizou uma ação contra um proprietário, ligado ao ex-prefeito do município, que explorava em regime análogo a escravidão um grupo de aproximadamente 30 castanheiros(as), entre eles jovens e crianças, de duas comunidades dessa Unidade de Conservação. Não fosse a denúncia formal da CPT e parceiros no ano de 2011, mais esse caso de trabalho escravo ficaria impune como muitos pelo Brasil.

Vale lembrar outro crime ocorrido nessa unidade, que foi o brutal assassinato de Francisco Dias dos Santos, morto em sua própria terra, que fica no interior da resex Médio Purus. Tudo indica que o principal motivo do assassinato foi a retirada ilegal de madeira dentro da área usada por ele. Esse fato se deu não se sabe exatamente o dia, mas o corpo foi encontrado todo mutilado e amarrado dentro do rio no dia 29 de fevereiro. Outro caso triste é do Sr Sebastião Mirando, morador do rio

Ituxi, que foi encontrado morto com marcas de espancamento e um tiro de espingarda. Até o momento não se tem notícia de indiciamento de nenhum suspeito.

Essas duas reservas extrativistas (resex) Médio Purus e Ituxi totalizam uma área de aproximadamente 1.381.149 hectares e para gerenciar essa imensidão de terra o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) tem em Lábrea/AM dois servidores. Esses são somente dois exemplos do quadro caótico em que se encontram as Unidades de Conservação de Uso Sustentável da Amazônia. Tudo isso motivado pela falta de regularização fundiária e incapacidade de gerenciamento dos órgãos responsáveis por essas unidades. Outro fato para se lembrar no sul do Amazonas é que o governo municipal de Lábrea era contra a criação de UC's como a RESEX Médio Purus e Ituxi, e se não bastasse isso, instigava a população ribeirinha a não aceitar essa criação, usando falsos discursos, como o do impedimento aos moradores de retirar qualquer recurso natural, fazendo com que, conseqüentemente, as famílias fossem expulsas de suas comunidades.

Em contrapartida, as famílias ribeirinhas, verdadeiras guardiãs da floresta, desejam apoio para manejar os recursos naturais que sempre utilizaram, como a castanha, a borracha, o pescado, a madeira, etc. Querem, também, aquilo que é direito de todo cidadão, atendimento médico, escolas de qualidade, políticas públicas de crédito, fomento e habitação. Fica na lembrança a frase de um ribeirinho que pode ser a de todas as famílias que sobrevivem embrenhadas nas florestas desse Amazonas: "nós só queremos ser enxergados como gente".



Foto: CPT Amazonas

CONFLITOS

Onda de violência mais uma vez vitima povos do campo

No ano de 2014, até o mês de agosto, já foram registrados pelo Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, da CPT, 25 assassinatos em conflitos no campo.

CRISTIANE PASSOS*

Em apenas 20 dias do mês de julho foram 7 assassinatos em 4 estados. No mês de agosto foram quatro em uma semana, sendo três assassinatos no estado do Mato Grosso. A violência do latifúndio e do agronegócio contra os povos do campo continua a ameaçar a soberania dos territórios e a luta por direitos humanos.

A diretoria e a coordenação executiva nacional da CPT divulgaram Nota Pública com as denúncias de assassinatos e de repúdio à onda de violência que se mantém no campo, intensificada nos meses de julho e agosto desse ano. De acordo com informações do Centro de Documentação da CPT, em 2014 já foram registrados 25 assassinatos em conflitos no campo, sendo que mais 2 estão sob averiguação. No mesmo período de 2013, o número de assassinatos registrado era de 21.

No dia 12 de agosto, no sudeste do Pará, Maria Paciência dos Santos, 59, foi atropelada por um caminhoneiro que avançou sobre os 1.500 manifestantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) que marchavam pela BR-155, chamando a atenção para o descaso com a Reforma Agrária. O local é próximo à curva do “S”, onde ocorreu o Massacre de Eldorado dos Carajás, em 1996. O trânsito estava liberado em uma faixa, mas foi bloqueado pelos manifestantes após o brutal assassinato de Maria, que morreu na hora.

No dia seguinte, 13, foi assassinada a tiros, a ex-presidenta do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura de União do Sul, em Mato Grosso, Maria Lúcia do Nascimento, que morava no assentamento Nova Conquista II. Tanto ela quanto outras famílias assentadas e dirigentes do Sindicato de Trabalhadores na Agricultura local,



já haviam sofrido ameaças do dono da fazenda, Gilberto Miranda, registradas em Boletins de Ocorrência e em

atas de denúncias feitas diretamente ao Ouvidor Agrário Nacional, desembargador Gercino José da Silva Filho.

Movimentos do MT se manifestam contra os crimes no estado

A CPT no Mato Grosso, juntamente com outras 18 entidades do estado, entre elas o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), em Nota Pública afirmaram que “estes assassinatos não são fatos casuais num Estado que vem promovendo insistentemente a concentração de terra e a violência programada, para perpetuar o privilégio de uns poucos que detêm o poder político e econômico, em detrimento de uma maioria de trabalhadores e trabalhadoras rurais. Cabe destacar, também, que muitas mortes estão sendo anunciadas pelo número de ameaças que vem crescendo exponencialmente nas zonas rurais do Estado. Somente no ano de 2013 foram 27 pessoas ameaça-

das no campo, 21 em 2012 e 10 em 2011. Portanto, com essa estrutura e a impunidade recorrente podemos afirmar que nos encontramos numa situação de barbárie social”.

Conforme a Nota da CPT Nacional, “toda esta violência se dá no momento em que a Reforma Agrária some dos programas de governo dos principais partidos políticos que disputam a presidência da república. Demarcação de terras indígenas e quilombolas, da mesma forma, paralisadas. E os candidatos à presidência assistindo de camarote, sem nenhuma resposta clara a essas demandas em seus planos de governo. De fato, o programa político de Dilma Rousseff à reeleição, não reserva nenhuma linha à Reforma Agrária. O programa de

As ameaças foram testemunhadas, inclusive, por oficiais de justiça.

Já no dia 16, o presidente da ASPRONU (Associação de Produtores Rurais Nova União), Josias Paulino de Castro, 54 anos, e sua esposa, Ireni da Silva Castro, 35 anos, foram assassinados, no Distrito de Guariba, Município de Colniza (MT). Em 5 de agosto, Josias havia participado, em Cuiabá (MT), de audiência com o ouvidor Agrário Nacional, desembargador Gercino, e com várias outras autoridades do estado de Mato Grosso. Josias denunciara políticos da região por extração ilegal de madeira, a Polícia Militar por irregularidades e órgãos públicos por emissão irregular de títulos de terras, assim como a existência de “pistoleiros” na região. Josias, segundo o site Pantanal, nesse mesmo dia teria afirmado: “Estamos morrendo, somos ameaçados, o Governo de Mato Grosso é conivente, a PM de Guariba protege eles, o Governo Federal é omissivo, será que eu vou ter que ser assassinado para que vocês acreditem e tomem providências?”

Aécio Neves, passa pela tangente, somente citando a Reforma Agrária como necessária para garantir a segurança alimentar. O programa do PSB ainda fez duas ou três leves insinuações sobre a Reforma Agrária. Fica mais que patente que a reforma agrária não é hoje prioridade para nenhum dos partidos com chance de chegar à Presidência”.

A impunidade e a inoperância dos órgãos responsáveis por resolver os conflitos no campo, regularizar os territórios e realizar uma plena reforma agrária, são os ingredientes mantenedores da violência, exploração e morte dos povos do campo.



Hasta siempre, subcomandante

Confirmam análise de Gilberto López sobre os variados significados do “desaparecimento” político do subcomandante Marcos, porta-voz por anos do Exército Zapatista de Libertação Nacional, de Chiapas, México.

GILBERTO LÓPEZ Y RIVAS*

Personagem, holograma em mutação e da mesma maneira, manobra para despiste, truque de magia terrível e maravilhosa, maliciosa jogada do coração indígena, figura construída, ilusão, instrumento manipulado, porta-voz, chefe militar, o que tenha sido o subcomandante rebelde Marcos, até o dia do seu desaparecimento, coletivamente decidido, o certo é que durante todos estes anos desempenhou um papel importante na formação e desenvolvimento do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) e nos processos autônomos que ocorreram sob sua hegemonia, nos territórios acompanhados pelas cinco juntas de bom governo.

Aceitando que os maias zapatistas, em todos os níveis da organização político-militar e nos círculos de militantes, e nas bases de apoio, são os principais artífices desta proeza que se inicia em primeiro de janeiro de 1994 através de uma rebelião armada, e tomando em conta que o racismo imperante, mesmo no campo das esquerdas, tende a negar o protagonismo indígena e só se olha no espelho do mestiço visível do EZLN, também é verdade que o subcomandante Marcos conseguiu dar-lhe uma marca e uma singularidade ao movimento zapatista, que se tem que reconhecer e enfatizar.

“Entre a luz e a sombra” – estas últimas palavras do subcomandante antes de deixar de existir, constitui uma das mais significativas chaves para entender os objetivos deste extraordinário movimento que o EZLN encabeçou; desta guerra de resistência “dos de baixo contra os de cima... pela humanidade e contra o neoliberalismo”, que hasteia a bandeira das demandas de vida, palavra, respeito, memória, dignidade, rebeldia, liberdade, democracia e justiça diante da morte, o silêncio, o esquecimento, a humilhação, o desprezo, a opressão, a escravidão, a imposição e o crime dos poderosos.

Este documento de despedida presta conta da opção que os zapatistas se colocaram entre matar e viver, entre a via militar e a da construção de autonomias: “E em lugar de nos dedicarmos a formar guerrilheiros, soldados e esquadrões, preparamos promotores de educação, saúde, e fomos levantando as bases de nossa autonomia que hoje maravilha o mundo. No lugar de construirmos quartéis, de melhorar nosso armamento, levantar muros e trincheiras, levantamos escolas, construímos hospitais e centros de saúde, melhoramos nossas condições de vida”. Esta era a alternativa de uma guerra que não era surda, nem menos letal, na qual paramilitares e organizações de todo tipo – junto com os intelectuais do antizapatismo – se colocaram a serviço de uma estratégia contrainsurgente do Estado mexicano, que nunca deixou de estar ativa em extensão e profundidade no território rebelde.

O fracasso e o êxito, e o “para nós nada” são medidos em função de coerência ética, conceito exótico para a classe política da esquerda institucionalizada. “Se o ser coerente é um fracasso, então a incoerência é a rota poder... nesses parâmetros preferimos fracassar a triunfar.”

A mudança dá conta deste múltiplo e complexo processo que experimentou o EZLN: o geracional, o de classe, o da atribuição étnico-cultural, que não é de raça, o de gênero que nos leva a uma transformação deste movimento de camponeses indígenas, com uma ampla e visível participação de jovens, homens e mulheres, com uma liderança claramente indígena e, sobretudo, a mudança mais importante que o sub Marcos destaca, é a que se dá no plano do pensamento: “Do van-

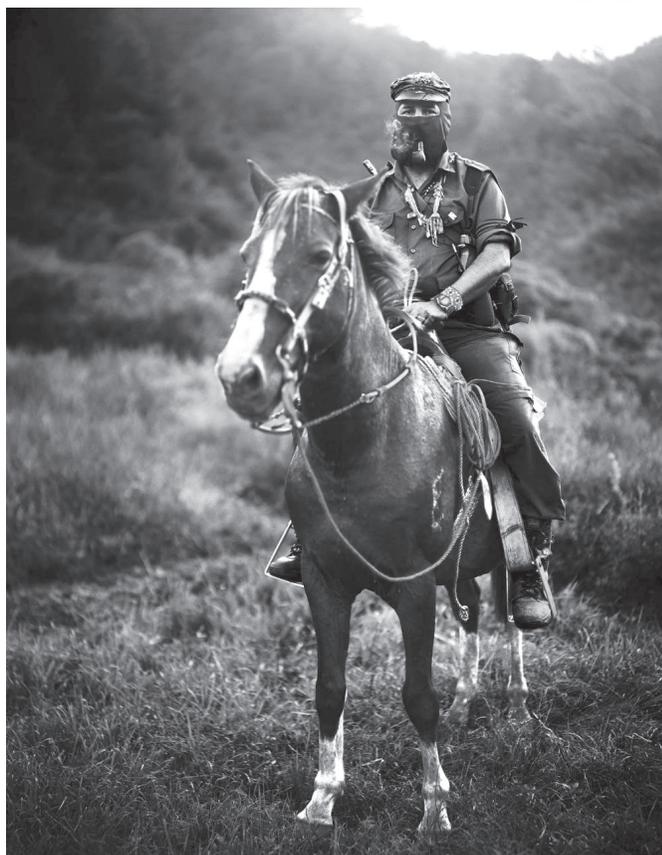


Foto: Wikimedia

mente é necessário um pouco de vergonha, um tanto de dignidade e muita organização”.

Sem fazer concessões a “libertários” e nem a correntes da moda, o subcomandante descreve a natureza piramidal do EZLN, como exército, com seu centro de comando, suas decisões de cima até em baixo, que “para o bem ou para o mal”, fizeram possível todo esse caminho percorrido até hoje; sem esse exército que se alçou contra um mau governo, “exercendo seu direito à violência legítima” diante da violência de cima, não seria possível a construção e o fortalecimento dos sujeitos autônomos que mandam obedecendo nos três âmbitos do governo zapatista.

Novamente, a Sexta Declaração desde a Selva Lacandona é considerada como “a mais audaz e a mais zapatista das iniciativas” lançadas pelo EZLN, e constitui-se em um espaço referencial dos encontros com a atual luta dos rebeldes.

Os argumentos para explicar e justificar a declaração de não existência do subcomandante insurgente Marcos, impecável quanto à lógica para a tomada dessa decisão, devidamente analisada pela direção política do EZLN, deixam, não obstante, um sentido de ausência, de falta deste companheiro que, personagem ou não, será sempre um referencial de revolucionário que não se vendeu, que não se rendeu e que não fraquejou, e que, seguramente, seguirá fazendo das suas, seja o que for e estando onde estiver. Truque ou holograma, não importa, foi um veículo eficaz de algo que transcende artifícios.

guardismo revolucionário, ao mandar obedecendo; da tomada do poder de cima, à criação do poder de baixo; da política profissional, à política cotidiana; dos líderes, ao povo; da marginalização de gênero, à participação direta das mulheres; da ridicularização do outro, à celebração da diferença”. Essa frase encerra, sem dúvida, uma autodefinição sintética do zapatismo de hoje, que deverá ser lembrado e estar presente diante da habitual tendência de identificar esse movimento em função das próprias identidades e preferências políticas de seus analistas ou seguidores. Correndo o risco de ser um deles, destaco essas críticas ao vanguardismo que precisa de caudilhos e líderes; esse culto ao individualismo que encontramos “no culto ao vanguardismo em seu extremo mais fanático... É nossa convicção e nossa prática – afirmou Marcos – que para rebelar-se e lutar não são necessários nem líderes e nem caudilhos, nem messias nem salvadores. Para lutar so-

*Antropólogo mexicano, foi assessor do EZLN e assessor do governo da Nicarágua entre os anos de 1980 e 1990. É professor do Instituto Nacional de Antropologia e História do México (INAH).

PÁGINA BÍBLICA

O controle da palavra

SANDRO GALLAZZI*

Na edição passada, começamos a perceber que com a construção do segundo templo, um novo projeto toma corpo. O Sumo Sacerdote assume o lugar mais importante, antes ocupado pelo rei. E para manter o templo com toda sua fantástica estrutura, se estabelece o sacrifício pelo pecado. Tudo apresentado como vontade de Deus.

Os profetas são aposentados

Todo este projeto foi colocado na boca de Deus, revelado diretamente a Moisés no Monte Sinai. Ocupa a parte central do Pentatêuco. É uma parte longuíssima que inicia no capítulo 25 do Êxodo, vai por todo o Levítico e chega aos primeiros dez capítulos do livro de Números. Mas a encontramos, também, presente em outros textos. O Pentatêuco tem sua redação final ao redor do ano 400 antes de Cristo. E este livro passa a ser considerado a Palavra definitiva de Deus, a lei revelada.

No momento em que o grupo termina de escrever o livro, o fecha, e diz: “Esta é a Palavra de Deus. Tudo o que Deus queria dizer, está dito. Não necessitamos mais dos profetas”.

O livro escrito acabou com os profetas. O livro é uma faca de dois gumes, porque necessitamos dele para ter entre nós a memória de quem é nosso Deus. Mas, ao mesmo tempo em que alguém chama o livro “Palavra de Deus”, a fecha e tenta controlá-la. Morre o profeta e nasce o rabino, o mestre, começa o teólogo, o especialista em entender e interpretar o livro.

O livro de Neemias nos fala desta mudança significativa que Esdras trouxe quando chegou a Jerusalém com a lei de Deus em suas mãos. “No sétimo mês, todo o povo se reuniu como um só homem na praça que está diante da Porta da Água, e pediram que Esdras trouxesse o livro da lei de Moisés, que Javé havia dado a Israel.



Esdras trouxe a lei ante a Assembleia, onde se misturavam homens e mulheres e todas as crianças que podiam entender o que ia ser lido. Era o primeiro dia do sétimo mês. Esdras leu o livro diante de todos, desde a manhã até o meio dia, na praça que está diante da Porta da Água; e todos os ouvidos estavam pendentes do livro da lei. O mestre da lei estava de pé sobre um palanque de madeira levantado para a ocasião e junto a ele, à sua direita, Matatias, Sena, Ananias, Urias, Helcias e Maasias, e à sua esquerda, Fadaías, Misael, Melquias, Hasum, Hasbadana, Zacarias e Mosolam. Esdras abriu o livro à vista de todo o povo, pois estava em um lugar mais alto que eles, e, quando o abriu, o povo inteiro se pôs de pé. Esdras bendisse a Javé, o grande Deus, e todo o povo, levantando as mãos, respondeu: Amém, Amém! E se prostraram com o rosto por terra”.

Temos em cima no palanque, Esdras com os quatorze escribas e o livro aberto. Atenção: “Josué, Bení, Se-

rebías, Jamin, Acub, Sabatai, Hodias, Maasias, Celita, Azarias, Josabad, Hanã, Falaias, eram levitas, explicavam a lei ao povo que continuava de pé”. Não é mais o profeta quem fala.

“Leram o livro da lei de Deus, esclarecendo e interpretando seu sentido, para que todos compreendessem o que se lhes lia”. Ler, esclarecer, interpretar, explicar, compreender ... são os novos verbos ligados ao livro. Vamos ter um povo que não entende a palavra de Deus a não ser que alguém lhe explique, lhe esclareça. Não é assim que os profetas falavam.

O livro se tornou o centro, é sacralizado. Não é mais a vida, a Palavra de Deus, mas o livro. Os que o conhecem, os que o interpretam, são os novos mestres.

Um ponto a mais. No Êxodo lemos: “Ali sobre a tampa da arca, debaixo das asas dos querubins, eu virei para dizer-te tudo o que deves ensinar aos filhos de Israel”. O lugar da revelação passa a ser o Santo dos Santos. Só o Sumo Sacerdote tem acesso a ele.

A partir do templo, será contada mais uma vez a história de Israel, que está nos dois livros de Crônicas, que está nos dois livros de Crônicas. Na história tudo serve para legitimar a situação, mostrando que, ao final, depois de uma longa seleção, as únicas tribos verdadeiras eram as de Levi, em primeiro lugar, e depois as de Judá e Benjamim. Se o Pentatêuco tinha colocado o projeto do templo nas tábuas de Moisés, Crônicas o coloca na história de Davi. Ele foi o responsável pela organização do templo que saiu da reforma de Esdras. O templo e o sacerdócio são o centro da aliança entre Deus e Davi. A partir disso é avalia-

da a história de cada rei. Se ajudou ao templo, ao culto de Javé, então era um rei bom. O melhor? Salomão, é claro. Tudo o que de negativo se dizia de Salomão é cuidadosamente censurado. Sai limpo e perfeito. A teologia da retribuição é aplicada de modo matemático. Ao chegar ao rei Manassés, o pior rei segundo os profetas, as Crônicas o fazem converter-se ao final da vida, para justificar os longos anos de governo que teve. Se reinou tanto tempo não devia ser tão mau, então que se converta!

O templo controla definitivamente a palavra. O profeta desaparece. Teremos que esperar a João, o Batista e a Jesus ... 400 anos de silêncio de Deus, como antigamente no Egito? Não. A resistência a este projeto foi muito forte. Dois escritos da época se posicionam claramente contra esta teologia.

O livro de Jó critica com força e sabedoria toda a teologia da retribuição, ridicularizando os sábios que a apoiam e defendem, para recuperar a memória de um Deus que sempre teve a iniciativa da vida em suas mãos e nunca teve que esperar os gestos dos homens para retribuí-los. O mistério do pobre que sofre não pode ser explicado simplesmente dizendo que ele é pecador.

Na mesma linha vai o livro de Jonas tentando mostrar que a retribuição não é o modo de Deus atuar, que sempre prefere perdoar. Da última página do livro sai a consciência de que o templo sabia a verdade sobre Deus, mas não a queria anunciar: “Por algo eu fugi, porque eu sei que tu és um Deus compassivo e clemente, paciente e misericordioso, que te arrependes das ameaças”.

Jonas e Jó são o sinal de um modo diferente de fazer profecia: os dois livros são parábolas, e não histórias reais. Parábola é a história que serve para todos.

Mas ainda há algo mais opressivo: a opressão da mulher.

EXPERIÊNCIA

Experiência de mobilização contra o Tráfico Humano em Tucumã-PA

ELIZANGELA LIMA*

Eis uma bonita experiência que a CPT do Alto Xingu, no Pará, realizou durante o período da Campanha da Fraternidade. O tema da CF, “Fraternidade e Tráfico Humano”, não poderia ser abordado em tempo mais oportuno: a perspectiva da realização de megaeventos como a Copa do Mundo e as Olimpíadas 2016, que trariam milhares de visitantes, reavivou a preocupação com o possível aumento de práticas criminosas como exploração da prostituição, exploração infantil e trabalho escravo, já tão recorrentes em nosso país. É fato, de norte a sul do país, o rastro de trabalho escravo que acompanha o empreendimento de grandes projetos (como barragens, linhões ferroviários e outras obras do PAC), a expansão das monoculturas do agronegócio (soja, cana, eucalipto) e o avanço da pecuária extensiva sobre a floresta. Essa realidade dura e cruel não afeta somente o campo, mas também a cidade. A nossa CPT do Alto-Xingu, que atua em Tucumã, Ourilândia do Norte e São Félix do Xingu, resolveu abraçar a causa, junto com a paróquia de Tucumã.



Foto: CPT Tucumã

Há anos nossa CPT tem como uma das suas prioridades o combate ao trabalho escravo no campo, uma forma típica do tráfico de pessoas em nosso país: trabalhadores de estados economicamente mais pobres como Maranhão, Piauí ou Ceará são aliciados através de promessas enganosas, e levados para remotas fazendas, muitas vezes no estado do Pará. Ali sofrem, passam por condições desumanas, degradantes: são explorados como escravos. Essa situação não se restringe

ao meio rural, a escravidão contemporânea está presente também no meio urbano, na construção civil ou na confecção de roupas, para onde são aliciados trabalhadores de todo o país, bem como do exterior.

No sudeste paraense, o trabalho escravo rural acontece em larga escala. Por isso nos sentimos desafiados a levar a mensagem da CF para novos setores da sociedade e da igreja. Começamos organizando seminários e oficinas de capacitação para as lideranças da paróquia. Em seguida foi formado um grupo de “lideranças da CF 2014”, composto de membros das várias pastorais, com o objetivo de aprofundar o tema. Priorizamos as escolas, como alvo do nosso trabalho de sensibilização. Envolvermos a Secretaria de Educação. Assim foi possível realizar oficinas de capacitação com professores em 10 escolas do município de Tucumã, especialmente na área urbana. Nosso objetivo era capacitar esses educadores a trabalharem o tema na sala de aula com seus alunos. Na sequência preparamos uma grande mobilização. Dois outdoors da CF foram instalados em locais es-

tratégicos da cidade, na entrada e na praça pública.

O corpo docente envolveu os alunos no estudo do tema, de forma criativa. Prepararam cartazes, apresentações teatrais, paródias, poesias a serem apresentadas à sociedade durante um evento. Foram realizados anúncios na rádio local bem como nas ruas através de carro de som. Cartazes foram espalhados por toda a cidade em locais públicos (Conselho Tutelar, CRAS, CREAS, STTR, rodoviária). E finalmente, no dia 30 de abril, véspera do Dia do Trabalhador, realizamos uma bonita caminhada pelas principais avenidas da cidade, com distribuição de panfletos e palavras de ordem contra o tráfico humano. 800 pessoas foram às ruas. A concentração final foi na praça de eventos. Ali, na presença de representantes das pastorais, da assistência social, do Conselho Tutelar, do sindicato, do CRAS, da Secretaria de Educação e de várias igrejas, as escolas apresentaram suas performances e realizou-se um breve culto ecumênico.

De lá para cá, nosso grupo de trabalho reuniu-se e avaliou como altamente positivo o resultado alcançado. Resolvemos elaborar uma cartilha que será usada como subsídio para novos eventos. A ideia é continuar trabalhando o tema da CF, mesmo depois da quaresma, e inseri-lo cada vez mais nas preocupações da comunidade, criando um clima de vigilância e de resistência. Ainda há muito o que fazer para que as pessoas deixem de cair nas armadilhas do tráfico. Mas essa experiência nos anima para imaginar novas iniciativas e provocar uma luta conjunta contra o tráfico humano.

Foto: CPT Tucumã



CULTURA



Foto: internet

Madrugada Camponesa

Thiago de Mello

*Madrugada camponesa
faz escuro ainda no chão
mas é preciso plantar.
A noite já foi mais noite,
a manhã já vai chegar.
Não vale mais a canção
feita de medo e arremedo
para enganar a solidão.
Agora vale a verdade
cantada simples e sempre,
agora vale a alegria
que se constrói dia a dia
feita de canto e de pão.
Breve há de ser (sinto no ar)
tempo de trigo maduro.
Vai ser tempo de ceifar.
Já se levantam prodígios,
chuva azul no milharal,
estala em flor o feijão,
um leite novo minando
no meu longe seringa.
Já é quase tempo de amor.
Colho um sol que arde no chão,
lavro a luz dentro da cana,
minha alma no seu pendão.
Madrugada camponesa.
Faz escuro (já nem tanto),
vale a pena trabalhar.
Faz escuro mas eu canto
porque amanhã vai chegar.*

Assine ou renove sua assinatura

Nome: _____
 Endereço: _____
 Exemplares: _____

Assinatura anual:

- Brasil R\$ 10,00
- Para o exterior US\$ 20,00

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1. Informações: canuto@cptnacional.org.br

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, Ed. Dom Abel, 1º Andar, Centro.
 CEP 74.030-090 – Goiânia, Goiás

CORREIOS
Mala Direta
Postal Básica
 9912277124-DR/GO
 COM. PAST. DA TERRA

IMPRESSO

VIA AÉREA